



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

1. IDENTIFICAÇÃO

Área de Interesse: 01 - Fortalecimento do Sistema de garantia de direitos

Projeto Apoiado: 1.2 – Fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes

Abrangência do Projeto: Nacional

Título da Proposta: Fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes.

Prazo de execução: 18 meses

Instituição Proponente

Associação Catarinense de Conselheiros e Ex-Conselheiros Tutelares dos Direitos Humanos da Criança e Adolescente - ACCT

CNPJ: 01.884.418/0001-71

Endereço: Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427. CEP 89520-000. Curitiba – SC

Fone: 48 996642016

e-mail: projeto.acct@gmail.com / presidencia.acct@yahoo.com

Responsável pela Instituição proponente:

Nome: Graziela Cristina Luz Damacena Gabriel

CPF 020.580.089-01

RG 3.266.800 – SSP/SC

Endereço: Rua Juceli Rodrigues, 1055 – Bairro Jd. Maristela. CEP: 88815-270. Criciúma/SC

Tel: (48)99664-2016

Email: projeto.acct@gmail.com / grazygabrieladv@gmail.com

Responsável pelo Projeto:

Nome: Kátia Meire Bordado

Endereço: Avenida Jacarandá, 22 AP. 304. CEP: 71.927-540 Águas Claras

Telefone: (61) 98204-6970

E-mail: katiabordado50@gmail.com



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

2. DESCRIÇÃO DA REALIDADE OBJETO DE PARCERIA E O NEXO COM A ATIVIDADE/PROJETO PROPOSTO E COM AS METAS A SEREM ATINGIDAS

Com o Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA, Lei nº 8.069, de 13 de julho de 1990, novos serviços foram criados e ampliados tais como: Conselhos Estadual e Municipal dos Direitos da Criança e Adolescente e Conselhos Tutelares.

Segundo o Cadastro Nacional dos Conselhos Tutelares (2013), foram identificados no Brasil 5.906 Conselhos Tutelares estruturados, o que significa uma proporção de 7,9% a mais comparada com os 5.472 constatados em 2009 pelo IBGE. Este documento afirma, ainda, que seriam necessários 632 conselhos para se assegurar a proporção de um conselho para cada 100.000 habitantes no município, conforme recomendado pela Resolução 139 do Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – Conanda. Verifica-se nesse estudo que apenas 277 municípios têm menos conselhos do que o recomendado. Os conselhos tutelares são instâncias capilares já enraizadas em todo o Brasil, mostrando a implementação efetiva e consolidada. (FALEIROS, 2016, p.21).

Após a consolidação do Órgão Conselho Tutelar em cada unidade federativa e seus municípios, os conselheiros tutelares sentiram a necessidade de terem um espaço permanente de discussões para minimamente nivelar suas atuações e práxis em âmbito nacional, em consonância com o *Eixo 1 do Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)*.

O ensaio de construção desse espaço se deu primeiramente na **III Conferência Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente**, em 1999, oportunidade em que os conselheiros tutelares presentes se reuniram e decidiram referendar essa criação, e desde então, iniciou-se o processo de articulação para os **Congressos Nacionais de Conselhos Tutelares**, sob a responsabilidade de uma Comissão Provisória que se intitulou Pró-articulação.

Durante as parcerias estabelecidas ao longo dos anos para a efetivação do Congresso, destacamos o **Conselho Nacional dos Direitos da Criança e do Adolescente – CONANDA** que sempre apoiou a iniciativa aplicando seus recursos para formação continuada dos(as) conselheiros (as) tutelares.

A partir da criação do Estatuto foi estabelecido também, o Sistema de Garantia de Direitos da Criança e do Adolescente (CONANDA - Resolução 113, 19 de abril de 2006), no qual representa a articulação dos diferentes segmentos que atuam no campo do controle, da defesa e da promoção dos direitos da criança e do adolescente.

Com isso, as práticas dos profissionais que atuam no contexto dos direitos da criança e do adolescente devem ser pensadas e fortalecidas, a partir da estrutura e funcionamento dos conselhos tutelares, dos conselhos de direitos, das defensorias públicas, das delegacias especializadas, das promotorias e dos juizados, além das organizações e frentes que atuam no campo dos direitos de crianças e adolescentes. Nesse cenário, o Conselho Tutelar e a figura do conselheiro tutelar são de suma importância, pois aproximam os cidadãos dos seus direitos, desmistificando assim, a ideia de que seus direitos são favores e que os mesmos já estão assegurados em lei, conforme preconiza o *Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3)* na



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Diretriz 1 e no Objetivo estratégico 1 Eixo 2, bem como na Diretriz 4 do Plano Decenal de Direitos das Crianças e Adolescentes.

Com estas ações, a SDH/PR prioriza o Sistema de Garantia de Direitos para que ele se torne operante, dando um grande passo para que o ECA/1990 seja finalmente implementado em sua integralidade, o que certamente fará diferença para os milhões de crianças e adolescentes brasileiros.

Um dos pontos centrais desta operacionalização reside no fluxo de informações e dados, em uma dialogia constante entre integrantes do Sistema de Garantia de Direitos em diferentes esferas, o registro adequado dos casos e processos de denúncias de violação de direito e o uso de procedimentos e rotinas que respeitem o sujeito criança e adolescente atendidos. O SIPIA CONSELHO TUTELAR, conseqüentemente, é a ferramenta que contribui para a consolidação do PNDH3 na perspectiva da Diretriz 1 em seu Objetivo Estratégico 1 ao indicar a necessidade de criar base de dados dos conselhos nacionais, estaduais, distrital e municipais, garantindo seu acesso ao público em geral.

No entanto, essa ferramenta precisa ser avaliada em sua usabilidade, conforme afirma o pesquisador Faleiros (2016), quando da escuta dos usuários do sistema:

O SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) (...) em sua operacionalização encontra bloqueios no que diz respeito à sua colocação em prática, conforme o registro abaixo, destacando-se a necessidade de formação para operá-lo: o SIPIA (Sistema de Informação para a Infância e Adolescência) é o sistema disponibilizado para o uso dos conselhos, considerado não funcional e há pouca capacitação para o reconhecimento dos recursos do mesmo (Diário de Campo). Percebi uma fragilidade quanto ao registro e controle das denúncias recebidas. Há dificuldades de manuseio com o office do Windows para gerar e gerenciar informações. O SIPIA apresenta problemas em ambos conselhos pesquisados, e o instrumento que teria possibilidade de proporcionar informações que pudessem embasar políticas públicas acaba por ficar em desuso. (...) O sistema SIPIA trava demais, quando a gente tem computador para usar ainda tentamos inserir informação, mas nem sempre isso acontece. Já tivemos a visita de vários técnicos para verificar o que acontece, mas ninguém soube dizer o que acontece com o sistema (...). A gente não tem retorno dos resultados dos exames do IML, quem traz informações são as famílias (CT- Sul). (FALEIROS, 2016, p.35).

Com as informações acima mencionadas por Faleiros (2016), é importante que o Congresso previsto para este ano possa, além de contribuir com a integração dos Conselhos de Direitos e Tutelares para compartilhar vivências e experiências de sucesso e fatores limitadores da ação destes órgãos, superar obstáculos em relação ao uso da ferramenta SIPIA CONSELHO TUTELAR que impacta diretamente na celeridade da resposta às denúncias apresentadas e na garantia de direitos. Essa melhoria pode favorecer tanto o estreitamento dos laços que ligam as mais diferentes realidades do país, quanto sintetiza as importantes temáticas tratadas nos



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Congressos Nacionais de Conselhos Tutelares como, bem descreve, de forma sucinta, o Quadro 1 a seguir:

Quadro 1 – Histórico dos Congressos Nacionais dos CT, temas e períodos

Período	Local	Congresso Nacional dos Conselheiros Tutelares	Tema do Congresso
2001	Luziânia (GO)	I Congresso Nacional de Conselhos Tutelares	Criação do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros e do Dia Nacional do Conselheiro Tutelar. Evento surge a partir da união de esforços entre o Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares (FCNCT) e instituições representativas dos CT dos estados e municípios.
2002	Campo Grande (MS)	I Assembleia Nacional de Conselheiros Tutelares	Criação definitivamente do Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares para compor o FCNCT.
2003	Luziânia (GO)	II Congresso Nacional de Conselhos Tutelares	Função e trabalho do CT - zelar pela garantia dos direitos das crianças e do adolescente brasileiros. Prioridade pela construção coletiva do sistema de garantias dos direitos para crianças e adolescentes.
2006	Luziânia (GO)	III Congresso Nacional de Conselhos Tutelares	Fortalecimento dos Conselhos Tutelares na Implementação do Sistema de Garantia dos Direitos para Criança e Adolescente - SGD.
2008	Luziânia (GO)	IV Congresso Nacional de Conselhos Tutelares	Articulação com vista à regulamentação legal da função pública de Conselheiro Tutelar.
2010	Luziânia (GO)	V Congresso Nacional de Conselhos Tutelares	Diversidade sexual e alienação parental.
2013	Luziânia (GO)	VI Congresso Nacional de Conselhos Tutelares	O Conselho Tutelar, a Mídia e o Sistema de Garantia de Direitos nos 22 anos do ECA.

Fonte: Produção com base nas informações dos Anais dos Congressos Nacionais de CTs, 2018.

Nesta perspectiva de continuidade da construção coletiva e fortalecimento da Rede pela garantia dos direitos de crianças e adolescentes, o FCNCT¹ entende o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares como um espaço privilegiado e especial para a interlocução e troca de experiências, articulações, além de propiciar a definição de diretrizes e pactuações junto aos Conselhos Tutelares e aos demais operadores do Sistema de Garantia dos Direitos de Crianças e Adolescentes.

A proposta, aqui, apresentada deseja avançar nas discussões acumuladas ao longo dos anos pelos grupos de trabalho do Fórum Nacional Colegiado de Conselheiros (as) Tutelares com a representatividade dos vinte seis estados e Distrito Federal e nos Congressos, acrescentando a elas o aspecto marcadamente formativo e pedagógico, necessários para o fortalecimento do Conselheiro Tutelar como sujeito que na sua prática cotidiana afeta e é afetado pela comunidade a que atende e que, precisa agir com celeridade no registro e encaminhamento de denúncias e não ser visto como um socorrista de plantão e também, abrir a discussão sobre a ferramenta SIPIA CONSELHO TUTELAR que foi criada para contribuir com essa dimensão de fluxo de informações e

¹Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares.



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

fornecimento de dados para a construção de ações políticas que de fato alterem a realidade de violação crescente de direitos.

O foco da proposta incide sobre a necessidade premente de o coletivo dos Conselhos Tutelares conhecerem as experiências de sucesso na atuação desses órgãos, em diferentes regiões do país e aprender com elas. Com isso, o Congresso Nacional aqui defendido é um momento imprescindível de uma escuta pormenorizada das demandas, desafios e limitações dos órgãos em nível nacional. O que dará os subsídios consistentes para a elaboração dos produtos pactuados no Edital em questão.

A instituição proponente possui ampla experiência nesta área desde sua criação. A Associação Catarinense de Conselheiros Tutelares – ACCT foi fundada em 27 de outubro de 1995. É uma entidade privada sem fins lucrativos, composta de conselheiros tutelares e ex-conselheiros.

A ACCT tem se comprometido, ao longo de seus 22 anos, por meio de realização de eventos de formação com ênfase na defesa dos direitos de crianças e adolescentes, com o fortalecimento dos Conselhos Tutelares e Municipais dos Direitos da criança e do adolescente. Anualmente são realizados seminários em todas as regionais do estado, sendo um total de 21 seminários regionais.

Realiza, anualmente, um Seminário Estadual e um Encontro Estadual, os referidos eventos contemplam os Conselheiros Tutelares, Conselheiros Municipais dos Direitos das Crianças e Adolescentes e os demais atores do Sistema de Garantia dos Direitos Infância-Juvenil. No estado de Santa Catarina, a ACCT tem sido pilar essencial na implantação e implementação do SIPIA CT WEB, iniciado em 2009.

E como promotora de eventos importantes de formação, pode-se destacar também em 2017 a realização do 9º Congresso Sul-Brasileiro de Conselheiros Tutelares (Congressul), ocorrido em Blumenau, evento que reuniu conselheiros tutelares dos três estados do Sul, recebendo 900 participantes de todo o país.

A proposta terá duração de dezoito meses a partir de sua aprovação e contará com uma equipe mínima para sua exequibilidade que será descrita do Plano de Trabalho do objeto. Cabe destacar, que o projeto terá três fases: a primeira consiste na construção da metodologia do Projeto para acompanhar e registrar as discussões do Fórum Nacional Colegiado de Conselheiros (as) Tutelares e para a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, para subsidiar a construção dos produtos pactuados. Na segunda fase de execução, será realizado o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares que reunirá 1.000 CT e terá como tema: *Conselho Tutelar o elo entre a sociedade e o Estado: organizar, fortalecer e intervir*, momento de construção das informações para a formalização dos produtos e na terceira e última fase, a finalização material dos produtos pactuados e respectivos relatórios.

3. OBJETO DA PROPOSTA



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

A presente Proposta visa construir o Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares, atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como formar os Conselheiros Tutelares na perspectiva de sensibilizá-los acerca da importância do registro e da coleta de dados e informações de maneira quali-quantitativa, proporcionada pelo uso efetivo do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA/WEB, que apresenta estreita ligação com a elaboração do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.

O projeto insere-se na Área de Interesse 01: Fortalecimento do Sistema de garantia de direitos, projeto apoiado 1.2 – Fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes, conforme demanda apresentada no Edital de chamamento público Conanda/MDH - 6/2017.

Com os produtos concretizados, buscar-se-á a ação integrada e efetiva do Sistema como também, desenvolver uma gestão planejada com resultados significativos no tocante à sua expansão e ao uso da ferramenta SIPIA/CT com consciência do quão relevante é a pesquisa, o registro e análise de dados para a construção de políticas públicas, baseadas na escuta dos sujeitos envolvidos, levando a um fluxo dinâmico de informações para orientar a ação dos Conselhos de Direitos e Tutelares, na garantia efetiva da implementação do Estatuto da Criança e do Adolescente (1990) com critérios, instruções, diretrizes e procedimentos para a prestação desses serviços.

Para tanto, deve-se atentar ao que afirma Faleiros (2016), a seguir:

O Conselho Tutelar como uma instância de poder, é permeada por conflitos e por condições diversas de infraestrutura e de articulação. A estratégia de rede é uma construção dependente das relações de força e das condições objetivas existentes nos Conselhos, envolvendo tanto a formação dos conselheiros como um mapeamento e a comunicação dos atores no território (FALEIROS, 2016, p.20).

4. AÇÕES/METAS/INDICADORES

As ações definidas para execução da Proposta que tem como objetivo maior o fortalecimento da rede de Conselhos Tutelares, parte de um parâmetro fundante: a escuta do conselheiro tutelar porque é ele quem na ponta do sistema, dá concretude à política pública de proteção, portanto, com base em dados de pesquisa recente nesse universo, reafirma Faleiros(2016), que “a avaliação desta efetividade é um processo técnico e crítico, na perspectiva de questionamento da política existente, considerando o olhar dos protagonistas envolvidos, ou seja, os próprios conselheiros, e considerando o fluxo existente nos próprios conselhos a partir de prontuários onde exista atendimento” (p.20).



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Quadro 2 – Ações, Metas e Indicadores

Nº	AÇÕES	METAS	INDICADORES
1	<p>Elaborar a metodologia para a execução do Projeto com vistas à construção dos produtos pactuados.</p> <p>ETAPA 1.1 Alinhar as ações metodológicas para a coleta de dados e informações com os especialistas responsáveis pela elaboração dos produtos pactuados.</p> <p>ETAPA 1.2 Coordenar e supervisionar a coleta de dados e informações pelos especialistas para construção dos produtos junto ao FCNCT nos estados</p>	<p>1. Elaboração da metodologia para a execução do Projeto com vistas à construção dos produtos pactuados.</p>	<p>ETAPA 1.1 - Relatório das reuniões conjuntas entre gestores e especialistas para o alinhamento das ações de coleta de dados e informações nas reuniões/assembleias do FCNCT, definidas no calendário do Fórum.</p> <p>ETAPA 1.2 - Entrega de 100% dos Relatórios dos gestores e especialistas com registro da memória das reuniões/assembleias do FCNCT, no prazo de 30 dias após a realização das reuniões/assembleias.</p>
2	<p>Formar 1000 conselheiros tutelares das 27 delegações representantes das unidades federativas sobre o SIPIA Conselho Tutelar e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta no Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares</p> <p>ETAPA 2.1. Levantar durante as reuniões/assembleias do FCNCT nos estados, dados e informações qualitativos para subsidiar a formação sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR no Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares.</p>	<p>2. Formação dos 1000 conselheiros tutelares das 27 delegações representantes das unidades federativas sobre o SIPIA Conselho Tutelar e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta no Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares.</p>	<p>ETAPA 2.1 - Relatório das reuniões/assembleias do FCNCT para coleta de dados e informações qualitativos que subsidiaram a formação sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta.</p> <p>ETAPA 2.2 - Formação em oficinas para o uso Sistema SIPIA CONSELHO TUTELAR pelos seus usuários institucionais durante o Congresso Nacional de Conselheiros</p>



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	<p>ETAPA 2.2 Realizar durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, a discussão em painel e formação em oficinas sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta.</p>		<p>Tutelares.</p> <ul style="list-style-type: none">- Painel de discussão no Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta.- Frequência de 100% dos Conselheiros presentes nas 04 oficinas ofertadas durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, em um universo de 1000 participantes, que serão multiplicadores nos municípios dos 27 estados, na perspectiva de alcançar cerca de 100% das equipes dos Conselhos, totalizando aproximadamente 25 mil profissionais.- Relatório Final produzido, a partir dos relatórios parciais das reuniões com o FCNCT e do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares e demais ações de articulação para incentivar os 27 estados na formação e fortalecimento dos comitês gestores do SIPIA CONSELHO TUTELAR.
3	<p>Construir plano de ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 3.1 Levantar dados sobre o estado da arte de planos de ação já produzidos no país com o objetivo de fortalecer as relações institucionais entre os conselhos tutelares para dar subsídios à construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 3.2 Aplicar questionários online, junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações necessárias para o fortalecimento das redes de conselhos tutelares. Ver valor</p> <p>ETAPA 3.3 Realizar Painel sobre o Plano de Ação de Fortalecimento de redes dos</p>	<p>3. Construção do plano de ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares.</p>	<p>ETAPA 3.1 -Relatório produzido pelo especialista sobre o estado da arte de planos de ação já produzidos no país com o objetivo de fortalecer a rede de conselhos tutelares.</p> <p>ETAPA 3.2 -Relatório dos dados obtidos a partir dos questionários online, aplicados, junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações necessárias para o fortalecimento das redes de conselhos tutelares.</p> <p>ETAPA 3.3 -Painel sobre o Plano de Ação de Fortalecimento de redes dos Conselhos Tutelares no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 3.4</p>



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	<p>Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares. Ver valor</p> <p>ETAPA 3.4</p> <p>- Entregar versão final do Plano de Ação de fortalecimento de redes de conselhos tutelares aos gestores do Projeto ao final dos 18 meses. Ver valor</p>		<p>-Entregar Plano de Ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares na sua segunda versão para análise pelos gestores do Projeto, após 60 da devolutiva dos gestores do Projeto.</p> <p>- Entregar Plano de Ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares na sua primeira versão para análise pelos gestores do Projeto, 90 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>- Entregar Plano de Ação de fortalecimento de redes de conselhos tutelares aos gestores do Projeto em sua versão final em 18 meses.</p>
4	<p>Construir Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares</p> <p>ETAPA 4.1</p> <p>Levantar o estado da arte de manuais já produzidos no país com o objetivo de dar instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.2</p> <p>Levantar dados qualitativos para subsidiar a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares nas reuniões/assembleias do FCNCT.</p> <p>ETAPA 4.3</p> <p>Aplicar questionários online junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações para a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.4</p>	<p>4. Construção do manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares</p>	<p>ETAPA 4.1</p> <p>-Relatório produzido pelo especialista sobre o estado da arte de manuais já produzidos no país com o objetivo de dar instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.2</p> <p>-Relatório da memória das reuniões de acompanhamento das reuniões/assembleias do FCNCT para coleta de dados e informações que subsidiarão a elaboração do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.3</p> <p>-Relatório dos dados e informações obtidos a partir dos questionários online aplicados junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as</p>



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	<p>Realizar Painel sobre o manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.5 - Entregar versão final do manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares aos gestores do Projeto ao final de 18 meses.</p>		<p>ações para a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares</p> <p>ETAPA 4.4 - Painel sobre o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.5 - Entregar Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares na sua segunda versão para análise pelos gestores do Projeto, após 60 da devolutiva dos gestores do Projeto. - Entregar Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares na sua primeira versão para análise pelos gestores do Projeto, 90 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares. - Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares aos gestores do Projeto em sua versão final em 18 meses.</p>
5	<p>Realizar o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no Projeto</p> <p>ETAPA 5.1 Realizar Congresso Nacional de Conselhos Tutelares a com participação de 1000 conselheiros tutelares</p>	<p>5. Realização do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no projeto.</p>	<p>ETAPA 5.1 - Manual do participante do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, contendo a programação do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares elaborada com o FCNCT - Lista de Frequência dos participantes</p>



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	<p>ETAPA 5.2 Produzir os Anais do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares</p> <p>ETAPA 5.3 Organizar a finalização da construção dos produtos pactuados no projeto</p>	<p>- Certificação dos participantes - Registro fotográfico do Congresso</p> <p>ETAPA 5.2 - Anais do Congresso - Relatório de prestação de contas do congresso, conforme planilha descritiva do Plano de Trabalho, incluindo contratos de terceiros e comprovantes de pagamentos</p> <p>ETAPA 5.3 - Projeto de layout eletrônico dos produtos pactuados - Documentos gerados para entrega à SNDCA/MDH no formato eletrônico (PDF): Anais do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, Plano de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e o Manual de Procedimentos dos Conselhos Tutelares em 18 meses. - Relatório sobre as discussões para a expansão do SIPIA CONSELHO TUTELAR, realizadas nas reuniões com o FCNCT e nas oficinas de formação.</p>
--	--	---

5.FORMA DE EXECUÇÃO DO PROJETO

O Projeto será desenvolvido de forma centralizada e supervisionada pela presidência da ACCT que contratará profissionais de perfil técnico que possam responder e gerir a execução dos produtos pactuados. Para a elaboração desses produtos ter-se-á como norte que o público alvo são sujeitos que atuam com a sociedade civil na garantia de direitos. Portanto, são parceiros a serem ouvidos de forma sensível para que tenhamos materiais condizentes e que atendam às suas demandas e contemplem a execução das políticas públicas do Estado.

Desta feita, todo processo de construção será pautado pelos princípios democráticos e dialógicos, por meio da pesquisa quali-quantitativa e participativa. Para os produtos com resultados físicos na forma de publicações, o trabalho se dará em três fases: a) levantamento do estado da arte das publicações já existentes em nível nacional para análise; b) levantamento de informações e dados junto aos conselhos de direitos e tutelares sobre as demandas, lacunas e percepções quanto às ações para o fortalecimento da rede de proteção e suas fragilidades; c) escuta sensível e formativa das delegações dos 27 estados reunidos em Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, totalizando 1000 conselheiros.

Na concepção teórica dos produtos ter-se-á como categorias fundantes a proteção integral e o protagonismo infanto-juvenil para assegurar a Cidadania. Direito este que se constitui a partir de políticas públicas e ações institucionais que tenham como diretrizes, práticas dialógicas e



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

participativas. Elas devem considerar as questões da diversidade do Brasil e suas discussões interseccionais de moralismo, étnicas, raciais e de gênero. Arantes (2009) afirma que essas não são as únicas questões postas ao exercício dos direitos de crianças e adolescentes, uma vez que situações concretas e históricas de pobreza e exclusão social das famílias interferem e mesmo o impedem o exercício pleno da cidadania.

Proteção Integral reafirmada no Estatuto da Criança e Adolescente (1990) é, portanto, referência ética para a elaboração do Plano de Ação para fortalecimento da rede de Conselhos Tutelares e o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares. Reconhece-se, ademais, que tal princípio, ainda que datado historicamente, ainda que devendo ser continuamente pensado, é o que melhor corresponde às possibilidades atuais de desenvolvimento de práticas de proteção e garantias. Na ausência de proposições que se contraponham às práticas tutelares existentes até a Constituição Federal de 1988, corremos o risco de lançar mão de práticas de controle e aprisionamento das crianças e dos adolescentes como sendo proteção de seus direitos ou, por outro lado, na tentativa de reparação e proteção das vítimas, transformar todos os conflitos em crimes e todos os crimes em hediondos, demandando medidas cada vez mais severas e contribuindo decisivamente para a instalação de uma sociedade punitiva. (ARANTES,2009). Miranda (2016) complementa a autora ao afirmar que:

A historiografia contemporânea tem contribuído com o debate sobre a construção da cultura da proteção, que vem sendo conceitualmente modificada graças à própria mudança da concepção de infância. No Brasil Colônia, a criança era considerada ingênua ou inocente, a proteção se dava a partir da lógica do poder do forte, o adulto, sobre o fraco, o infante. No Brasil de hoje, a partir da contribuição de diferentes saberes e práticas, a criança é considerada “sujeitos de direitos”, logo, a proteção desafia a lógica do forte que protege o fraco, e assume o caráter de uma prática protetiva que garanta o direito da criança ser respeitada como pessoa humana, em fase de desenvolvimento(...). (p. 38)

Quanto à formação dos Conselhos Tutelares para o uso mais efetivo do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA Web considera-se que esse sistema é um importante instrumento social, criado, a partir da necessidade de dotar os conselheiros tutelares de uma ferramenta de informações padronizadas no país, cujo acesso fosse rápido e ágil, e que possibilitasse interlocuções nacionais que proporcionassem um sistema de monitoramento e apoio contínuo à situação de proteção à criança e ao adolescente.

O SIPIA CONSELHO TUTELAR tem como objetivos primordiais proporcionar à criança e ao adolescente o acesso aos serviços básicos; subsidiar as instâncias da esfera estadual, municipal e/ou federal, bem como fortalecer a práxis cotidiana dos conselheiros, realizar os encaminhamentos necessários à aplicação da medida adequada com a pretensão de sanar a situação de violação de direitos em que se encontram as crianças e adolescentes.

Quadro 3 –Desenvolvimento metodológico do trabalho



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

AÇÕES DO PROJETO	DESENVOLVIMENTO DO TRABALHO	
ELABORAR METODOLOGIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DOS PRODUTOS PACTUADOS. ETAPA 1.1 Alinhar as ações metodológicas para a coleta de dados e informações com os especialistas responsáveis pela elaboração dos produtos pactuados ETAPA 1.2 Coordenar e supervisionar a coleta de dados pelos especialistas para construção dos produtos Junto ao FCNCT nos estados	META 1: Elaboração da metodologia para a execução do Projeto com vistas à construção dos produtos pactuados.	PRODUTO 1 - METODOLOGIA PARA A EXECUÇÃO DO PROJETO COM VISTAS À CONSTRUÇÃO DOS PRODUTOS PACTUADOS.
	Metodologia	- Planejamento colaborativo para o acompanhamento pelos gestores das reuniões de especialistas com foco na elaboração dos produtos pactuados, em parceria com o Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares
	Instrumentos	1. Reuniões conjuntas entre coordenação executiva, pedagógica e especialistas, objetivando o alinhamento das ações de coleta de dados e informações. 2. Roteiro de orientação para os especialistas conduzirem a ação de coleta de dados das reuniões, tendo em vista os produtos. 3. Elaboração de planilhas para o registro da memória das reuniões do FCNCT. 4. Elaboração de listas de contatos dos participantes das reuniões. 5. Registro memorial pelos gestores do Projeto com os especialistas dos produtos para acompanhamento dos trabalhos de cada um. 6. Registro memorial de acompanhamento das reuniões entre especialistas, coordenação do Projeto e o Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares.
	Tempo previsto	18 meses
	Responsável	Coordenações executiva e pedagógica
FORMAR 1000 CONSELHEIROS TUTELARES DAS 27 DELEGAÇÕES REPRESENTANTES DAS UNIDADES FEDERATIVAS	META 2: Formação dos 1000 conselheiros tutelares das 27 delegações	PRODUTO 2: FORMAÇÃO DOS 1000 CONSELHEIROS TUTELARES DAS 27 DELEGAÇÕES REPRESENTANTES DAS UNIDADES FEDERATIVAS SOBRE O SIPIA CONSELHO TUTELAR E OS OBSTÁCULOS NA SUA IMPLEMENTAÇÃO, INCLUINDO O QUE ESTÁ PREVISTO NA RESOLUÇÃO 178 DO CONANDA QUANTO À GESTÃO E CONTROLE DA FERRAMENTA NO CONGRESSO NACIONAL DE CONSELHEIROS TUTELARES.



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

<p>SOBRE O SIPIA CONSELHO TUTELAR E OS OBSTÁCULOS NA SUA IMPLEMENTAÇÃO, INCLUINDO O QUE ESTÁ PREVISTO NA RESOLUÇÃO 178 DO CONANDA QUANTO À GESTÃO E CONTROLE DA FERRAMENTA NO CONGRESSO NACIONAL DE CONSELHEIROS TUTELARES</p> <p>ETAPA 2.1. Levantar durante reuniões/ assembleias do FCNCT nos estados, dados e informações qualitativos para subsidiar a formação sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR durante o Congresso</p>	<p>representantes das unidades federativas sobre o SIPIA Conselho Tutelar e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares</p>	
<p>ETAPA2.2 Realizar durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, a discussão em painel e formação dos conselheiros de direitos e tutelares em oficinas sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta.</p>	<p>Metodologia</p>	<p>- Escuta sensível das reuniões e/ou assembleias do Fórum Nacional de Conselheiros Tutelares pelos especialistas contratados sobre a expansão do uso do SIPIA CONSELHO TUTELAR e sua consolidação mediante o estabelecimento dos comitês gestores da ferramenta nos estados.</p> <p>- Sensibilização para o cadastramento das delegações dos 27 estados no SIPIA CONSELHO TUTELAR que se farão presentes no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p>
	<p>Instrumentos</p>	<ol style="list-style-type: none">1.Roda de conversa entre a coordenação executiva do Projeto e os especialistas contratados para o produto SIPIA CONSELHO TUTELAR com os dirigentes do FCNCT.2. Cadastramento online no SIPIA CONSELHO TUTELAR dos delegados ao Congresso Nacional dos Conselhos Tutelares representantes dos 27 estados no período que antecede a realização do evento pelo FCNCT/SDH3. Aplicação dos questionários a serem disponibilizados online para validação sobre a otimização do SIPIA CONSELHO TUTELAR4.Articulação da discussão com o FCNCT sobre a Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta SIPIA CONSELHO TUTELAR, com vistas à criação dos comitês gestores do SIPIA/CT.

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitibaanos - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail:presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

		<p>5. Elaboração dos Relatórios produzidos pelos especialistas nas reuniões junto ao FCNCT, coletando dados e informações sobre as discussões realizadas.</p> <p>6. Relatório Final produzido pelos especialistas, a partir dos relatórios parciais das reuniões e do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares</p> <p>7. Listas de frequência dos Conselheiros presentes nas 04 oficinas ofertadas durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, em um universo de 1000 participantes, que serão multiplicadores nos municípios dos 26 estados e do Distrito Federal.</p> <p>8. Relatório do questionário de avaliação das oficinas por parte dos participantes.</p>
	Tempo previsto	18 meses
	Responsável	Coordenações executiva e pedagógica/especialistas
CONSTRUIR O PLANO DE AÇÃO DE FORTALECIMENTO DE REDES DE CONSELHOS TUTELARES.	META 3: Construção do plano de ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares	PRODUTO 3: PLANO DE AÇÃO DE FORTALECIMENTO DE REDES DE CONSELHOS TUTELARES.
ETAPA 3.1 Levantar dados sobre o estado da arte de planos de ação já produzidos no país com o objetivo de fortalecer as relações institucionais entre os conselhos tutelares Construir o Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares.	Metodologia	- Pesquisa quali-quantitativa junto aos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares sobre os Planos existentes nos estados e especificidades que favoreçam a elaboração do Plano Nacional de Fortalecimento de redes de CT.
ETAPA 3.2 Aplicar questionários online junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações necessárias para o fortalecimento das redes de conselhos tutelares.	Instrumentos	<ol style="list-style-type: none">1. Levantamento do estado da arte dos diversos Planos de Ação já elaborados pelos estados disponibilizados pelo FCNCT, publicações e internet2. Questionários online aplicados junto às delegações ao Congresso Nacional de Conselhos Tutelares em etapa anterior à realização do evento sobre o produto pactuado e suas especificidades3. Tabulação quantitativa dos dados e informações pela ferramenta de aplicação dos questionários online para posterior discussão dos resultados durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares4. Relatórios produzidos pelos especialistas nas reuniões junto ao FCNCT, coletando informações acerca das discussões realizadas.5. Relatório Final produzido pelos especialistas, a partir dos relatórios parciais das reuniões e

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitibaanos - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail:presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

<p>ETAPA 3.3 Realizar Painel sobre o Plano de Ação de Fortalecimento de redes dos Conselhos Tutelares no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 3.4 Entregar versão final do Plano de Ação de fortalecimento de redes de conselhos tutelares aos gestores do Projeto ao final dos 18 meses.</p>		<p>apresentados no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>6. Roda de Diálogo durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares para contribuições aos dados e informações levantados e análise qualitativa para finalização do produto.</p> <p>7. Análise qualitativa global dos dados e informações coletados durante todo o processo de produção do material pelos especialistas e equipe pedagógica e executiva.</p> <p>8. Escritura pós Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares da primeira versão eletrônica do documento para apresentação à Coordenação do Projeto e FCNCT via online</p> <p>8. Relatório sobre o Plano de Ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares em sua primeira versão eletrônica (online) para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 30 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>9. Relatório sobre o Plano de Ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares em sua segunda versão eletrônica (online) para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 60 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>10. Relatório sobre o Plano de Ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 90 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares</p> <p>11. Relatório final sobre o Plano de Ação de fortalecimento de redes de Conselhos Tutelares para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 18 meses após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares</p>
	Tempo previsto	18 meses
	Responsável	Coordenações executiva e pedagógica/especialistas
<p>CONSTRUIR MANUAL DE INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS CONSELHOS TUTELARES</p> <p>ETAPA 4.1 Levantar o estado da arte de manuais já produzidos no país com o objetivo de dar</p>	<p>META 4: Construção do manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares</p>	<p>PRODUTO 4: MANUAL DE INSTRUÇÕES E PROCEDIMENTOS PARA A PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS PELOS CONSELHOS TUTELARES</p>



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

<p>instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.2. Levantar dados qualitativos para subsidiar a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares nas reuniões/assembleias do FCNCT.</p> <p>ETAPA 4.3 Aplicar questionários online junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações para a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares</p> <p>ETAPA 4.4 Realizar Painel sobre o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.</p> <p>ETAPA 4.5 - Entregar versão final do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares aos gestores do Projeto ao final de 18 meses.</p>	Metodologia	<p>- Pesquisa quali-quantitativa junto aos Conselhos de Direitos e Conselhos Tutelares sobre os Manuais existentes nos estados e especificidades que favoreçam a elaboração do Manual de Instruções e Procedimentos para prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares que tenha aplicação nacional.</p>
	Instrumentos	<ol style="list-style-type: none">1. Levantamento do estado da arte dos diversos Manuais de Ação já elaborados pelos estados disponibilizados pelo FCNCT, publicações e internet2. Questionários online aplicados junto às delegações ao Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares em etapa anterior à realização do evento sobre o produto pactuado e suas especificidades.3. Tabulação quantitativa dos dados pela ferramenta de aplicação dos questionários online para posterior discussão dos resultados durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares.4. Relatórios produzidos pelos especialistas nas reuniões junto ao FCNCT, coletando as informações acerca das discussões realizadas.5. Relatório Final produzido pelos especialistas, a partir dos relatórios parciais das reuniões e apresentados no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.6. Roda de Diálogo durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para contribuições aos dados levantados e análise qualitativa para finalização produto. Escritura pós Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares da primeira versão eletrônica do documento para apresentação à Coordenação do Projeto e FCNCT via online.7. Análise qualitativa global dos dados coletados durante todo o processo de produção do material pelos especialistas e equipe pedagógica e executiva.8. Escritura pós Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares da primeira versão eletrônica do documento para apresentação à Coordenação do Projeto e FCNCT via online8. Relatório sobre o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares em sua primeira versão eletrônica (online) para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 30 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.9. Relatório sobre o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares em sua segunda versão eletrônica (online) para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 60 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.10. Relatório sobre o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 90 dias após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitiba - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail:presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

		11. Relatório final sobre o Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares para análise da Coordenação do Projeto e FCNCT, 18 meses após a realização do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares
	Tempo previsto	18 meses
	Responsável	Coordenações executiva e pedagógica/especialistas
Realizar o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no projeto Metodologia	META 5: Realização do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no projeto	PRODUTOS 1, 2, 3 e 4 – FASE CONSULTIVA E FORMATIVA CONGRESSO NACIONAL DE CONSELHOS TUTELARES COM 1000 PARTICIPANTES COM O OBJETIVO DE SUBSIDIAR A CONSTRUÇÃO DOS PRODUTOS PACTUADOS NO PROJETO.
	Metodologia	- Democrática, consultiva e dialógica - Pesquisa quali-quantitativa e colaborativa em rede
	Instrumentos	1. Planejamento pedagógico das oficinas de formação 2. Reunião com a equipe de logística para alinhamento sobre a importância do Congresso a ser realizado e sua dinâmica. 3. Elaboração do regimento de funcionamento do Congresso.

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitibaanos - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail:presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	<ol style="list-style-type: none">4. Elaboração da programação do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares com o FCNCT5. Cadastro de participantes e convidados.6. Lista de frequência dos participantes.7. Programação impressa do evento.8. Roteiro metodológico de funcionamento do Congresso.9. Roteiro de cerimonial do evento.10. Lista de frequência dos participantes das oficinas.11. Certificado de participação no evento no formato eletrônico.12. Certificado de participação nas oficinas no formato eletrônico.13. Lista de tarefas para cada equipe orientar o trabalho.14. Mapa de orientação das atividades do Congresso para as equipes com definição de horários e turnos.15. Questionário de avaliação do evento.16. Painéis de discussão sobre as temáticas abordadas nos produtos pactuados com a presença dos delegados dos 27 estados17. Painel de Diálogo entre especialistas nos produtos 2 e 3 e delegados dos 27 estados para alinhamento do conteúdo previamente levantado na etapa anterior ao evento.18. Oficinas de formação sobre o SIPIA/CT para as 27 delegações dos estados já cadastradas previamente no sistema para a formação dos multiplicadores e sensibilização para a criação dos comitês gestores nos estados.19. Material instrucional no formato eletrônico utilizado nas oficinas para disponibilização no site do contratante para uso público pelos conselhos tutelares.20. Registro em diários de bordo de todas as atividades do Congresso para subsidiar a produção dos relatórios parciais para a finalização dos produtos 1, 2 e 3 e o relatório parcial do Projeto.21. Produção e revisão final dos relatórios dos produtos e Anais do Congresso.22. Revisão final dos textos dos produtos 2 e 3 e relatórios sobre as ações do produto 1.23. CD com a gravação em áudio do evento para produção dos Anais.24. Planilha de degravação dos registros em áudio dos painéis de discussão25. Projeto de layout eletrônico e impresso dos produtos pactuados para entrega à contratante, no formato eletrônico (PDF): Anais do Congresso Nacional de Conselhos Tutelares, Plano de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares e o Manual de Procedimentos dos Conselhos Tutelares.
--	--

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitibaanos - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail:presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

*ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS
DA CRIANÇA E ADOLESCENTE*

		26. Entrega de relatório sobre as discussões para a expansão do SIPIA CONSELHO TUTELAR realizadas nas reuniões com o FCNCT e nas oficinas de formação 27. Entrega de relatórios de prestação de contas do Projeto. 28. Registro fotográfico digital do Congresso
	Tempo previsto	18 meses
	Responsável	Coordenações executiva e pedagógica

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitiba - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail: presidência.acct@yahoo.com

CNPJ: 01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Para a realização das oficinas formativas acerca do SIPIA CONSELHO TUTELAR durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares foi planejada a seguinte dinâmica para o trabalho pedagógico que contará com o auxílio de voluntários das diversas associações estaduais de Conselheiros tutelares, integrantes do FCNCT:

Lançando mão da metodologia de oficina de sensibilização e capacitação, baseada nos princípios da troca de saberes e resolução de problemas de modo colaborativo, far-se-á duas horas de formação presencial para grupos de 250 participantes, tendo como suporte, as novas tecnologias educacionais de projeção de imagens e textos, tutoriais e vídeos ancorados no *youtube* para facilitar a aprendizagem dos participantes. Em tempo, é importante salientar que todo material utilizado nas oficinas estará disponível posteriormente no endereço eletrônica do contratante da formação.

Quadro 4 – Plano de capacitação SIPIA CONSELHO TUTELAR

CAPACITAÇÃO: SIPIA CONSELHO TUTELAR			
PÚBLICO ALVO: conselheiros tutelares e de direitos, delegados dos 27 estados presentes no Congresso Nacional de Conselhos tutelares			
NÚMERO DE PARTICIPANTES: 1000 sendo distribuídos em 04 oficinas para 250 participantes cada.			
CARGA HORÁRIA: 08 horas – 4 oficinas de 2 horas			
Tema	Conteúdo	Objetivo – vinculado à meta	Duração
O SIPIA CONSELHO TUTELAR e seu uso mais efetivo para conselheiros de direitos e tutelares.	O SIPIA CONSELHO TUTELAR e a expansão de seu uso mais efetivo nos Conselhos Tutelares Operacionalização do Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA CONSELHO TUTELAR) Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA CONSELHO TUTELAR) Análise dos casos e produção dos relatórios Coleta de informações adicionais para ampliar a qualidade do sistema	Apresentar um breve resgate histórico sobre a política de atendimento à criança e ao adolescente: conceitos, diretrizes e linhas de ação. Conhecer e operar (simular) o Sistema de Informação para a Infância e Adolescência (SIPIA CONSELHO TUTELAR). Alinhar a operacionalização do SIPIA CONSELHO TUTELAR com a metodologia do atendimento do conselho tutelar e a atualização do Sistema Analisar os casos e produzir os relatórios. Coletar informações adicionais para melhoria do sistema	2 h



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA
CRIANÇA E ADOLESCENTE

As equipes atuantes para realização do Projeto estão assim delineadas para uma maior clareza das suas atribuições e perfis, a saber:

Quadro 5 – Equipe Gestora do Projeto

EQUIPE GESTORA DO PROJETO			
QT.	FUNÇÃO		
01	Coordenador institucional	Perfil	Graduação em Direito. Especialização em Direito Público com ênfase em gestão pública, em Direito de Família e Sucessões, Prática e Teoria Jurídica. Pesquisadora na área de Conselhos gestores com participação popular na proposição de políticas públicas. Experiência como Conselheiro Tutelar e Gestor de Organizações governamentais e não-governamentais. Experiência com docência e formação de Conselheiros de Direitos.
		Atribuições	Responsável pela coordenação geral do projeto, sincronização das ações dos diferentes atores envolvidos, pelas atividades de articulação nacional, pela produção dos relatórios parciais, consubstanciados, relatório final do projeto que deve contemplar a catalogação e registro das ações do projeto durante os 18 meses de sua execução.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Sim
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	40 horas
		Período de Contratação (meses)	18 meses
		Remuneração (em reais, mensal)	00,00
		Natureza de Trabalho (CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	Trabalho voluntário
01	Coordenador executivo	Perfil	Graduação em Administração e Comunicação. Especialista em gestão do Terceiro Setor com ampla experiência na coordenação de grandes eventos nacionais e internacionais na área de Direitos Humanos e da Infância e também consultoria governamental, privilegiando a rede de proteção integral à criança e ao adolescente. Coordenação de publicações acadêmicas e jornalísticas nacionais na área de Conselhos Tutelares.
		Atribuições	Responsável pela mobilização e o andamento das reuniões que serão necessárias para levantamento de dados, informações e registro pelos especialistas em conjunto com o Fórum Colegiado Nacional de



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

			Conselheiros Tutelares – FCNCT com vista à construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes, bem como a supervisão da elaboração do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares e por último, supervisionar a Coordenação Pedagógica de formação dos Conselheiros Tutelares para utilização do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA/WEB, como também a realização do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares e a produção dos Anais do evento. Cabe destacar, que este profissional ficará à inteira disposição para organizar e mobilizar o Congresso Nacional, sua logística e orientar os demais profissionais até a entrega dos relatórios e produtos finais.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	10 horas
		Período de Contratação (meses)	18 meses
		Remuneração (em reais, mensal)	R\$1.525,00
		Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	Prestação de serviço de pessoa jurídica
02	Coordenador pedagógico	Perfil	1. Doutora em Educação. Experiência em coordenação de eventos com crianças e adolescentes e formação de formadores. Experiência na organização de publicações acadêmicas: livros e artigos impressos e materiais didáticos instrucionais em EAD. Representação institucional em Conselhos Governamentais na área da criança e juventude 2. Doutora em Psicologia. Pedagoga com ampla experiência em ações em unidades socioeducativas e movimentos sociais do campo. Pesquisadora e consultoria no Ministério da Educação. Experiência na organização de Congressos, publicações acadêmicas: livros e artigos impressos e materiais didáticos instrucionais. Revisão de textos acadêmicos e didáticos.
		Atribuições	Responsáveis pela organização de todo o andamento metodológico das reuniões que serão necessárias para a atuação dos especialistas em conjunto com Fórum Colegiado Nacional de Conselheiros Tutelares – FCNCT para a construção do Plano de Ação visando o fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes e a elaboração do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares. Coordenará, também, as oficinas de formação para Conselheiros Tutelares cuja finalidade é a expansão do uso do sistema SIPIA



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

			CONSELHO TUTELAR. Responsáveis também, pela produção do Relatórios final de todo Projeto e elaboração dos Anais, transcrição das mídias dos registros para subsidiar a elaboração do documento final, elaboração de Projeto Gráfico/Diagramação e Revisão Textual dos Anais em formato eletrônico (PDF). Esses profissionais não terão vínculo empregatício devido à natureza de sua atividade por 18 meses.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	Coordenador 1 -10 horas Coordenador 2- 20 horas
		Período de Contratação (meses)	Coordenador 1 - 18 meses Coordenador 2 – 6 meses (mês 03 a mês 09 do projeto)
		Remuneração (em reais, mensal)	Coordenador 1 - 8 parcelas de R\$2.000,00 Coordenador 2 – 1 parcela de R\$ 12.500,00 no primeiro mês e 1 parcela de R\$ 12.500,00 ao final do sexto mês.
		Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	Prestação de serviço de pessoa jurídica
01	Assistente Executivo	Perfil	Graduação em Administração, preferencialmente, com experiência na gestão de projetos para o terceiro setor e gerência de dados no SICONV. Experiência administrativa em organizações não governamentais e auxílio em desenvolvimento de pesquisas em âmbito nacional.
		Atribuições	Responsável pela gestão financeira do projeto pactuado, chancelando todos os gastos e se os mesmos estão de acordo com o projeto formalizado. Responsável também pela solicitação de mudanças ou adequações da planilha de custo via SICONV ao órgão conveniado; subsidiará a Coordenação Geral e Executiva de toda e qualquer divergência ou inexecuibilidade para que seja reportada imediatamente a Presidência da Instituição durante 18 meses. Organizar e apresentar a prestação de contas do Projeto ao órgão contratante.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	20 horas
		Período de Contratação (meses)	18 meses
		Remuneração (em reais, mensal)	R\$1.200,00
		Natureza de Trabalho CLT por	CLT por tempo determinado



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

		prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	
01	Articulador social	Perfil	Experiência administrativa em organizações não governamentais e auxílio em desenvolvimento de pesquisas em âmbito nacional e articulador de ações junto a movimentos sociais.
		Atribuições	Responsável pela articulação em rede com as Associações de Conselheiros Tutelares para a realização de reuniões de escuta para elaboração dos produtos. Mapeamento das planilhas de preenchimento dos questionários online, mantendo contato constante e contínuo com os especialistas e a coordenação pedagógica. Acompanhará a organização das oficinas do SIPIA CONSELHO TUTELAR.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	20 horas
		Período de Contratação (meses)	18 meses
		Remuneração (em reais, mensal)	R\$1.000,00
		Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	CLT por tempo determinado

Quadro 6 – Equipe de Especialistas de elaboração dos produtos logística para o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares

EQUIPE DE ESPECIALISTAS DE ELABORAÇÃO DOS PRODUTOS E LOGÍSTICA PARA O CONGRESSO NACIONAL DE CONSELHEIROS TUTELARES			
QT.	FUNÇÃO		
01	Especialista em formação (PRODUTO 2)	Perfil	Bacharel em Direito, Experiência na função de Conselheiro Tutelar e de Direitos. Experiência na implantação e Formação do SIPIA/CT. Consultoria e Assessoria na Formação do Sistema de Garantia de Direitos.
		Atribuições	Responsável pela articulação da formação no que diz respeito à expansão do uso do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA CONSELHO TUTELAR e consolidação dos comitês gestores nos estados, mediante escuta sensível e oferta de oficinas durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares. Com disponibilidade para viajar de acordo com possibilidade do FCNCT. Este profissional não terá vínculo empregatício, devido à natureza de sua atividade por 18 meses. A entrega do produto dar-se-á após a conclusão de todo o processo de pesquisa e validação dos dados durante a vigência do Projeto.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA
CRIANÇA E ADOLESCENTE

		Jornada de Trabalho (horas semanais)	Por demanda e entrega de produtos
		Período de Contratação (meses)	18 meses
		Remuneração (em reais, mensal)	4 parcelas de R\$4.000,00 conforme entrega dos produtos
		Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	Prestação de serviço de pessoa jurídica
01	Especialista em pesquisa (Plano de Ação – PRODUTO 3)	Perfil	Graduação em Direito e Serviço Social, Doutorado em Ciências Sociais. Pesquisador com publicações nas áreas de políticas sociais, serviço social, cidadania, criança e adolescente.
		Atribuições	Responsável pela construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes com disponibilidade para viajar de acordo com possibilidade do FCNCT. Esse profissional não terá vínculo empregatício, devido à natureza de sua atividade por 18 meses. A entrega do produto dar-se-á após a conclusão de todo o processo de pesquisa e validação dos dados durante a vigência do Projeto.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	Por demanda e entrega de produtos
		Período de Contratação (meses)	18 meses
		Remuneração (em reais, mensal)	3 de parcelas R\$3.200,00 1 parcela R\$ 6.400,00
		Natureza de Trabalho (CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	Prestação de serviço de pessoa jurídica
01	Especialista em pesquisa 2 (Manual de	Perfil	Doutor em História. Professor universitário, atuando na área de Direitos Humanos, Educação, Culturas e Identidades Experiência na formação continuada Conselheiros Tutelares e pesquisador na área da Infância e Direitos da



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	Procedimentos – produto 4)		Criança e do Adolescente. Autor e organizador de livros e coletâneas, artigos acadêmicos na área de Direitos da Criança e do Adolescente e Tutelares no Brasil
	Atribuições		Responsável pela construção do Manual de Instruções e Procedimentos para prestações de serviços pelos Conselhos Tutelares atuantes no campo de direitos humanos de crianças e adolescentes com disponibilidade para viajar de acordo com possibilidade do FCNCT. Esse profissional não terá vínculo empregatício, devido à natureza de sua atividade por 18 meses. A entrega do produto dar-se-á após a conclusão de todo o processo de pesquisa e validação dos dados durante a vigência do Projeto.
	Já trabalha na instituição? Sim/Não		Não
	Jornada de Trabalho (horas semanais)		Por demanda e entrega de produtos
	Período de Contratação (meses)		18 meses
	Remuneração (em reais, mensal)		3 de parcelas R\$3.200,00 1 parcela de R\$ 6.400,00
	Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)		Prestação de serviço de pessoa jurídica
01	Assistente de Produção	Perfil	Graduação em Administração, preferencialmente. Experiência em produção, secretariado, produção executiva assistente de produção de grandes eventos na área de Direitos Humanos
	Atribuições		Responsável por preparar lista de traslado de 1000 pessoas e auxiliará nos dias do Congresso Nacional na composição da mesa de autoridades, placas de identificação, produção de certificados de palestrantes, verificação do sistema visual entre outras ações de logística. Esse profissional atuará na preparação do evento e durante sua realização.
	Já trabalha na instituição? Sim/Não		Não
	Jornada de Trabalho (horas semanais)		20 horas
	Período de Contratação (meses)		02 meses
	Remuneração (em reais,		2 de parcelas R\$1.800,00



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

		mensal)	
		Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	Prestação de serviço de pessoa jurídica
15	Equipe de Apoio	Perfil	Profissionais diversos prestadores de serviços eventuais para a realização de grandes eventos, nas áreas de: recepção, cerimonial, intérpretes de Libras, brigadistas, segurança e saúde.
		Atribuições	Responsáveis pelo credenciamento de 1000 pessoas, auxiliarão nas plenárias de discussão com microfones, inscrições para fala dos participantes, confecção de pastas, separação de material gráfico, camisetas, bolsas e demais atividades durante 04 dias. Esses profissionais serão prestadores eventuais de serviços, sem vínculo empregatício durante 04 dias.
		Já trabalha na instituição? Sim/Não	Não
		Jornada de Trabalho (horas semanais)	Diária
		Período de Contratação (meses)	4 dias
		Remuneração (em reais, mensal)	R\$165,00 diária totalizando R\$9.900,00
		Natureza de Trabalho CLT por prazo determinado ou indeterminado, RPA ou contrato de estágio)	RPA



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA
CRIANÇA E ADOLESCENTE

6. PREVISÃO DE RECEITAS E A ESTIMATIVA DE DESPESAS A SEREM REALIZADAS NA EXECUÇÃO DAS AÇÕES

a) Pesquisa de preço para cada elemento de despesa

ITEM	QTD	DESCRIÇÃO	Média	Cotação	VALOR*	Menor valor	RAZÃO SOCIAL*
1	6	UTI Móvel, enfermeira, médico e brigadistas	R\$ 24.833,33	COTAÇÃO 1	R\$ 28.800,00		EN Eventos
				COTAÇÃO 2	R\$ 21.900,00	21.900,00	JC Vida Remoções & Serviço Ltda
				COTAÇÃO 3	R\$ 23.800,00		MM Turismo e Eventos Ltda
2	4	Auditório capacidade de 1000 pessoas	R\$ 60.333,33	COTAÇÃO 1	R\$ 14.400,00	14.400,00	CNTI
				COTAÇÃO 2	R\$ 95.600,00		Buriti Turismo
				COTAÇÃO 3	R\$ 71.000,00		MM Turismo e Eventos Ltda
3	1	Sala de reunião (350 pessoas)	R\$ 8.700,00	COTAÇÃO 1	R\$ 6.600,00	6.600,00	CNTI
				COTAÇÃO 2	R\$ 9.900,00		Buriti Turismo
				COTAÇÃO 3	R\$ 9.600,00		MM Turismo e Eventos Ltda
4	4	Salas de aula/sala para secretaria/serviço médico e internet	R\$ 12.274,67	COTAÇÃO 1	R\$ 11.424,00	11.424,00	CNTI
				COTAÇÃO 2	R\$ 15.000,00		Buriti Turismo
				COTAÇÃO 3	R\$ 10.400,00		MM Turismo e Eventos Ltda
5	1000	Hospedagem	R\$ 755.000,00	COTAÇÃO 1	R\$ 300.000,00	300.000,00	CNTI
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.185.000,00		Buriti Turismo
				COTAÇÃO 3	R\$ 780.000,00		MM Turismo e Eventos Ltda
6	1000	Alimentação Almoço/Jantar	R\$ 314.666,67	COTAÇÃO 1	R\$ 174.000,00	174.000,00	CNTI
				COTAÇÃO 2	R\$ 445.000,00		Buriti Turismo
				COTAÇÃO 3	R\$ 325.000,00		MM Turismo e Eventos Ltda
7	1100	Manual do participante (15x21 cm, 32 pag. capa papel couchê 180g 4 cores e miolo 1/1 cor. Grampeado)	R\$ 17.643,33	COTAÇÃO 1	R\$ 15.180,00	15.180,00	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 18.500,00		D' Brindes
				COTAÇÃO 3	R\$ 19.250,00		Martielle Gráfica e Editora
8	1	Banner em lona 10x3,60 impresso 4 cores	R\$ 2.553,80	COTAÇÃO 1	R\$ 2.171,40	2.171,40	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 3.100,00		D' Brindes
				COTAÇÃO 3	R\$ 2.390,00		Martielle Gráfica e Editora
9	1100	Camisetas branca em malha fria com impressão 4 cores, PMG	R\$ 21.213,33	COTAÇÃO 1	R\$ 19.250,00	19.250,00	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 23.600,00		D' Brindes

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitibaanos - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail:presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

				COTAÇÃO 3	R\$ 20.790,00		Martielle Gráfica e Editora
10	1100	Bolsas tipo capanga em algodão cru com alça tiracolo, visor com marca do evento	R\$ 23.836,67	COTAÇÃO 1	R\$ 19.690,00	19.690,00	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 28.720,00		D' Brindes
				COTAÇÃO 3	R\$ 23.100,00		Martielle Gráfica e Editora
11	1150	Canetas com a logo do evento	R\$ 3.005,83	COTAÇÃO 1	R\$ 2.875,00	2.875,00	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 2.980,00		D' Brindes
				COTAÇÃO 3	R\$ 3.162,50		Martielle Gráfica e Editora
12	1150	Crachás com a logo e suporte plastificados e coloridos	R\$ 4.225,37	COTAÇÃO 1	R\$ 4.025,00	4.025,00	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 4.338,60		D' Brindes
				COTAÇÃO 3	R\$ 4.312,50		Martielle Gráfica e Editora
13	7	Banner em lona 0,8x1,2 metros impresso 4 cores	R\$ 581,00	COTAÇÃO 1	R\$ 490,00	490,00	Fábrica Brindes & Gráfica Rápida
				COTAÇÃO 2	R\$ 630,00		D' Brindes
				COTAÇÃO 3	R\$ 623,00		Martielle Gráfica e Editora
14	2	Passagem aérea trecho: BSB-POA-BSB	R\$ 1.475,13	COTAÇÃO 1	R\$ 1.232,78	1.232,78	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.395,22		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 1.797,38		Polo Turismo
15	1	Passagem aérea trecho: CGH-POA-CGH	R\$ 902,90	COTAÇÃO 1	R\$ 605,99	605,99	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.043,82		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 1.058,88		Polo Turismo
16	1	Passagem aérea trecho: REC-POA-REC	R\$ 1.645,17	COTAÇÃO 1	R\$ 1.628,33	1.628,33	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.668,48		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 1.638,70		Polo Turismo
17	1	Passagem aérea trecho: FLN-POA-FLN	R\$ 615,92	COTAÇÃO 1	R\$ 382,78	382,78	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 758,24		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 706,73		Polo Turismo
18	1	Passagem aérea trecho: CHG-BSB-CGH	R\$ 599,58	COTAÇÃO 1	R\$ 514,48	514,48	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 636,34		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 647,92		Polo Turismo
19	1	Passagem aérea trecho: REC-BSB-REC	R\$ 946,91	COTAÇÃO 1	R\$ 772,98	772,98	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.008,88		EN Eventos



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA
CRIANÇA E ADOLESCENTE

				COTAÇÃO 3	R\$ 1.058,88		Polo Turismo
20	1	Passagem aérea trecho: FLN-BSB-FLN	R\$ 949,57	COTAÇÃO 1	R\$ 922,41	922,41	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 959,10		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 967,20		Polo Turismo
21	2	Passagem aérea trecho: BSB-CGH-BSB	R\$ 1.096,39	COTAÇÃO 1	R\$ 932,16	932,16	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.358,40		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 998,60		Polo Turismo
22	1	Passagem aérea trecho: REC-CGH-REC	R\$ 1.033,23	COTAÇÃO 1	R\$ 744,32	744,32	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.216,43		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 1.138,95		Polo Turismo
23	1	Passagem aérea trecho: FLN-CGH-FLN	R\$ 1.104,89	COTAÇÃO 1	R\$ 516,23	516,23	Gira Mundo
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.338,96		EN Eventos
				COTAÇÃO 3	R\$ 1.459,47		Polo Turismo
24	1	Assistente Executivo	R\$ 2.813,00	COTAÇÃO 1	R\$ 2.346,52	2.346,52	Sine
				COTAÇÃO 2	R\$ 3.108,62		Catho
				COTAÇÃO 3	R\$ 2.802,92		Piso Salarial
25	1	Articulador Social	R\$ 1.748,97	COTAÇÃO 1	R\$ 2.001,92		Sine
				COTAÇÃO 2	R\$ 1.622,50		Catho
				COTAÇÃO 3	R\$ 1.622,50	1.622,50	Piso Salarial
26	24	Diárias	R\$ 255,99	Média	R\$ 280,39		Painel de Preços - Ministério do Planejamento, Desenvolvimento e Gestão
				Mediana	R\$ 280,39		
				Menor	R\$ 207,18		



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

b) Plano de aplicação detalhado

Meta	Etapa	Tipo de despesas	Descriminação	Cod Despesa	Und Forn	QTD	Período	Valor Unitário mês/dia	Valor Total (R\$)
META 1 -Elaboração da metodologia para a execução do Projeto com vistas à construção dos produtos pactuados.									
Etapa 1.1 Alinhar as ações metodológicas para a coleta de dados e informações com os especialistas responsáveis pela elaboração dos produtos pactuados.									
1	1.1.1	Serviço	Serviços técnico especializado de Coordenação pedagógica	33903905	UN	1	8	2.000,00	16.000,00
1	1.1.2	Serviço	Serviços técnicos especializados de Coordenador Executivo de gestão para execução do projeto e apresentação dos produtos/resultados; Mobilização do Evento, Logística e Relatório Final do Congresso	33903905	UN	1	18	1.525,00	27.450,00
1	1.1.3	Serviço	Assistente Executivo - salário	33903606	Mês	1	18	1.200,00	21.600,00
1	1.1.4	Serviço	Articulador social - salário	33903606	Mês	1	18	1.000,00	18.000,00
1	1.1.5	Serviço	Assistente Executivo - 1/3 férias gozadas e Férias rescisão e 1/3 de férias rescisão.	33903606	UN	1	1,5	800,00	1.200,00
1	1.1.6	Serviço	Articulador social - 1/3 férias gozadas e Férias rescisão e 1/3 de férias rescisão.	33903606	UN	1	1,5	666,67	1.000,00
1	1.1.7	Outros	Assistente Executivo - 13º Salário	33900361	UN	1	1,5	1.200,00	1.800,00
1	1.1.8	Outros	Articulador social - 13º Salário	33900361	UN	1	1,5	1.000,00	1.500,00
1	1.1.9	Outros	Assistente Executivo - FGTS salário	33900415	UN	1	18	105,78	1.904,00
1	1.1.10	Outros	Articulador social - FGTS salário	33900415	UN	1	18	88,15	1.586,67
1	1.1.11	Outros	Assistente Executivo - Multa Rescisória FGTS	33900415	UN	1	1	952,00	952,00
1	1.1.12	Outros	Articulador social - Multa Rescisória FGTS	33900415	UN	1	1	793,33	793,33
1	1.1.13	Tributos	Assistente Executivo - PIS	33904712	UN	1	18	13,22	238,00
1	1.1.14	Tributos	Articulador social - PIS	33904712	UN	1	18	11,02	198,33
1	1.1.15	Tributos	Assistente Executivo - INSS patronal	33904718	UN	1	18	350,39	6.307,00
1	1.1.16	Tributos	Articulador social - INSS patronal	33904718	UN	1	18	291,99	5.255,83
1	1.1.17	Tributos	INSS RPA patronal (equipe de apoio)	33904718	UN	1	1	1.980,00	1.980,00
1	1.1.18	Tributos	ISS RPA (equipe de apoio)	33904708	UN	1	1	495,00	495,00
Subtotal Etapa 1.1									108.260,16
ETAPA 1.2 Coordenar e supervisionar a coleta de dados pelos especialistas para construção dos produtos Junto ao FCNCT nos estados.									
1	1.2.1	Serviço	Diárias nacionais	33901414	UN	7	2	250,00	3.500,00
1	1.2.2	Serviço	Passagem aérea trecho: BSB-POA-BSB	33903301	UN	1	2	616,39	1.232,78
1	1.2.3	Serviço	Passagem aérea trecho: FLN-POA-FLN	33903301	UN	1	1	382,78	382,78
1	1.2.4	Serviço	Passagem aérea trecho: FLN-BSB-FLN	33903301	UN	1	1	922,41	922,41
1	1.2.5	Serviço	Passagem aérea trecho: BSB-CGH-BSB	33903301	UN	1	2	466,08	932,16
1	1.2.6	Serviço	Passagem aérea trecho: FLN-CGH-FLN	33903301	UN	1	1	516,23	516,23
Subtotal Etapa 1.2.									7.486,36
TOTAL GERAL META 1									115.746,52
META 2 - Formação dos 1000 conselheiros tutelares das 27 delegações representantes das unidades federativas sobre o SIPIA Conselho									



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

Tutelar e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.

Etapa 2.1 Levantar durante reuniões/ assembleias do FCNCT nos estados, dados e informações qualitativos para subsidiar a formação sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR durante o Congresso

2	2.1.1	Serviço	Diárias nacionais	33901414	UN	2	2	250,00	1.000,00
2	2.1.2	Serviço	Passagem aérea trecho: CHG-BSB-CGH	33903301	UN	1	1	514,48	514,48
2	2.1.3	Serviço	Passagem aérea trecho: CGH-POA-CGH	33903301	UN	1	1	605,99	605,99
Subtotal Etapa 2.1									2.120,47

Etapa 2.2 - Realizar durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, a discussão em painel e formação em oficinas sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta.

2	2.2.1	Serviço	Serviços técnicos especializados de capacitação do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA WEB	33903905	UN	1	4	4.000,00	16.000,00
Subtotal Etapa 2.2									16.000,00

TOTAL GERAL META 2 **18.120,47**

META 3 - Construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares.

Etapa 3.1 Levantar dados sobre o estado da arte de planos de ação já produzidos no país com o objetivo de fortalecer as relações institucionais entre os conselhos tutelares para dar subsídios à construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares.

3	3.1.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Plano de Ação de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares	33903905	UN	1	1	3.200,00	3.200,00
Subtotal Etapa 3.1									3.200,00

ETAPA 3.2 Aplicar questionários online, junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações necessárias para o fortalecimento das redes de conselhos tutelares.

3	3.2.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Plano de Ação de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares	33903905	UN	1	1	3.200,00	3.200,00
Subtotal Etapa 3.2									3.200,00

ETAPA 3.3 Realizar Painel sobre o Plano de Ação de Fortalecimento de redes dos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares. Ver valor.

3	3.3.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Plano de Ação de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares	33903905	UN	1	1	3.200,00	3.200,00
Subtotal Etapa 3.3									3.200,00

ETAPA 3.4 Entregar versão final do Plano de Ação de fortalecimento de redes de conselhos tutelares aos gestores do Projeto ao final dos 18 meses.

3	3.4.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Plano de Ação de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares	33903905	UN	1	1	6.400,00	6.400,00
Subtotal Etapa 3.4									6.400,00

TOTAL GERAL META 3 **16.000,00**

META 4 – Construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.

Etapa 4.1. Levantar o estado da arte de manuais já produzidos no país com o objetivo de dar instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.

4	4.1.1	Serviço	Diárias nacionais	33901414	UN	3	2	250,00	1.500,00
4	4.1.2	Serviço	Passagem aérea trecho: REC-CGH-REC	33903301	UN	1	1	744,32	744,32



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

4	4.1.3	Serviço	Passagem aérea trecho: REC-BSB-REC	33903301	UN	1	1	838,89	838,89
4	4.1.4	Serviço	Passagem aérea trecho: REC-POA-REC	33903301	UN	1	1	1.628,33	1.628,33
Subtotal Etapa 4.1									4.711,54
Etapa 4.2. Levantar dados qualitativos para subsidiar a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares nas reuniões/assembleias do FCNCT. Participar das reuniões/assembleias do FCNCT nos estados para levantamento de dados qualitativos para subsidiar a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares									
4	4.2.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Manual de Orientações para Conselheiros Tutelares	33903905	UN	1	1	3.200,00	3.200,00
Subtotal Etapa 4.2									3.200,00
ETAPA 4.3. Aplicar questionários online junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações para a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.									
4	4.3.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Manual de Orientações para Conselheiros Tutelares	33903905	UN	1	1	3.200,00	3.200,00
Subtotal Etapa 4.3									3.200,00
ETAPA 4.4. Realizar Painel sobre o manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.									
4	4.4.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Manual de Orientações para Conselheiros Tutelares	33903905	UN	1	1	3.200,00	3.200,00
Subtotal Etapa 4.4									3.200,00
ETAPA 4.5. Entregar versão final do manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares aos gestores do Projeto ao final de 18 meses.									
4	4.5.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Construção do Manual de Orientações para Conselheiros Tutelares	33903905	UN	1	1	6.400,00	6.400,00
Subtotal Etapa 4.5									6.400,00
TOTAL GERAL META 4									20.711,54
META 5 - Realização do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no projeto									
Etapa 5.1. Realizar Congresso Nacional de Conselhos Tutelares a com participação de 1000 conselheiros tutelares.									
5	5.1.1	Serviço	Serviços técnico especializados de Assessoria de Produção de evento	33903905	UN	1	2	1.800,00	3.600,00
5	5.1.2	Serviço	Auditório capacidade de 1000 pessoas	33903910	UN	1	4	3.600,00	14.400,00
5	5.1.3	Serviço	Sala de reunião (350 pessoas)	33903910	UN	1	2	3.300,00	6.600,00
5	5.1.4	Serviço	Salas de aula/sala para secretaria/serviço médico com internet	33903910	UN	4	4	714,00	11.424,00
5	5.1.5	Serviço	Hospedagem	33903980	UN	1.000	3	100,00	300.000,00
5	5.1.6	Serviço	Alimentação Almoço/Jantar	33903941	UN	1.000	3	58,00	174.000,00
5	5.1.7	Serviço	02 UTI Móvel, enfermeira, médico e brigadistas	33903993	UN	2	3	3.467,00	20.802,00
5	5.1.8	Serviço	Equipe de Apoio para o Encontro Nacional de Conselhos Tutelares (02 interpretes de libras)	33903635	UN	15	4	165,00	9.900,00
5	5.1.9	Serviço	Manual do participante (15x21 cm, 32 pag. capa papel couchê 180g 4 cores e miolo 1/1 cor. Grampeado)	33903963	UN	1100	1	13,80	15.180,00
5	5.1.10	Serviço	Banner em lona 10x3,60 impresso 4 cores	33903963	UN	1	1	2.171,40	2.171,40
5	5.1.11	Serviço	Camisetas branca em malha fria com impressão 4 cores, PMG	33903963	UN	1100	1	17,50	19.250,00
5	5.1.12	Serviço	Bolsas tipo capanga em algodão cru com alça tiracolo, visor com marca do evento	33903963	UN	1100	1	17,90	19.690,00



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

5	5.1.13	Serviço	Canetas com a logo do evento	33903963	UN	1150	1	2,50	2.875,00
5	5.1.14	Serviço	Crachás com a logo e suporte plastificados e coloridos	33903963	UN	1150	1	3,50	4.025,00
5	5.1.15	Serviço	Banner em lona 0,8x1,2 metros impresso 4 cores	33903963	UN	7	1	70,00	490,00
Subtotal Etapa 5.1									604.407,40
Etapa 5.2. Produzir os Anais do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares									
5	5.2.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Sistematização, transcrição dos áudios para construção dos anais, incluindo projeto gráfico, diagramação e revisão textual.	33903905	UN	1	1	12.500,00	12.500,00
Subtotal Etapa 5.2									12.500,00
ETAPA 5.3. Organizar a finalização da construção dos produtos pactuados no projeto									
5	5.3.1	Serviço	Serviços técnicos especializados para Sistematização, transcrição dos áudios para construção dos anais, incluindo projeto gráfico, diagramação e revisão textual.	33903905	UN	1	1	12.500,00	12.500,00
Subtotal Etapa 5.3									12.500,00
TOTAL GERAL META 5									629.407,40
TOTAL GERAL PROJETO									799.985,93

* os preços apresentados de forma detalhada na **planilha B, nos itens de 1 a 6 orçados na planilha A**, utiliza como base de cálculo o menor preço porque a opção pela média de preço não se configura vantajosa para os cofres públicos no atendimento dos quesitos do projeto. A saber, local adequado para um evento formativo de imersão com hospedagem, almoço e jantar, perfazendo 03 diárias para 1000 participantes.

c) Cronograma físico de despesa

c.1 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA FÍSICA – 339036

Nº	Elemento de Despesa	Descrição	Quantidade	Nº meses	Valor Unitário	Valor Total
1	33903606	Articulador Social - 1/3 férias gozadas	1	1.5	R\$ 666,67	R\$ 1.000,00
2	33903606	Assessor executivo - 1/3 férias gozadas	1	1.5	R\$ 800,00	R\$ 1.200,00
3	33903606	Articulador Social - salário	1	18.0	R\$ 1.000,00	R\$ 18.000,00
4	33903606	Assessor executivo - salário	1	18.0	R\$ 1.200,00	R\$ 21.600,00
5	33903635	Contratação de Equipe de Apoio	15	4	R\$ 165,00	R\$ 9.900,00
TOTAL						R\$ 51.700,00

c.2 ENCARGOS – 339047

Nº	Elemento de Despesa	Descrição	Quantidade	Nº meses	Valor Unitário	Valor Total
1	33904718	INSS Patronal (equipe de apoio)	1	1.0	R\$ 1.980,00	R\$ 1.980,00
2	33904708	ISS (Equipe de apoio)	1	1.0	R\$ 495,00	R\$ 495,00
3	33904712	Assessor executivo - PIS	1	18.0	R\$ 13,22	R\$ 238,00
4	33904718	Assessor executivo - INSS patronal	1	18.0	R\$ 350,39	R\$ 6.307,00
5	33904718	Articulador Social - INSS patronal	1	18.0	R\$ 291,99	R\$ 5.255,83



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

6	33904712	Articulador Social - PIS	1	18.0	R\$ 11,02	R\$ 198,33
		TOTAL				R\$ 14.474,16

c.3 SERVIÇOS DE TERCEIROS – PESSOA JURÍDICA - 339039

Nº	Elemento de despesa	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	33903910	Auditório capacidade de 1000 pessoas	UN	4.0	R\$ 3.600,00	R\$ 14.400,00
2	33903910	Sala de reunião (350 pessoas)	UN	2.0	R\$ 3.300,00	R\$ 6.600,00
3	33903980	Hospedagens	UN	3000.0	R\$ 100,00	R\$ 300.000,00
4	33903941	Alimentação (Almoço/Jantar)	UN	3000.0	R\$ 58,00	R\$ 174.000,00
5	33903910	Salas de aula/sala para secretaria/serviço médico com internet	UN	16.0	R\$ 714,00	R\$ 11.424,00
6	33903993	02 UTI Móvel, enfermeira, médico e brigadistas	UN	6.0	R\$ 3.467,00	R\$ 20.802,00
7	33903905	Serviços técnico especializado de Coordenação pedagógica	UN	8.0	R\$ 2.000,00	R\$ 16.000,00
8	33903905	Serviços técnico especializados de Assessoria de Produção de evento	UN	2.0	R\$ 1.800,00	R\$ 3.600,00
9	33903905	Serviços técnicos especializados de Coordenador Executivo de gestão para execução do projeto e apresentação dos produtos/resultados; Mobilização do Evento, Logística e Relatório Final do Congresso	UN	18.0	R\$ 1.525,00	R\$ 27.450,00
10	33903963	Banner em lona 0,8x1,2 metros impresso 4 cores	UN	7.0	R\$ 70,00	R\$ 490,00
11	33903963	Camisetas branca em malha fria com impressão 4 cores, PMG	UN	1100.0	R\$ 17,50	R\$ 19.250,00
12	33903963	Bolsas tipo capanga em algodão cru com alça tiracolo, visor com marca do evento	UN	1100.0	R\$ 17,90	R\$ 19.690,00
13	33903963	Crachás com a logo e suporte plastificados e coloridos	UN	1150.0	R\$ 3,50	R\$ 4.025,00
14	33903963	Banner em lona 10x3,60 impresso 4 cores	UN	1.0	R\$ 2.171,40	R\$ 2.171,40
15	33903963	Canetas com a logo do evento	UN	1150.0	R\$ 2,50	R\$ 2.875,00
16	33903963	Manual do participante (15x21 cm, 32 pag. capa papel couchê 180g 4 cores e miolo 1/1 cor. Grampeado)	UN	1100.0	R\$ 13,80	R\$ 15.180,00
17	33903905	Serviços técnicos especializados de capacitação do Sistema de Informação da Infância e Adolescência – SIPIA WEB	UN	4.0	R\$ 4.000,00	R\$ 16.000,00
18	33903905	Serviços técnicos especializados para Construção do Plano de Ação de Fortalecimento dos Conselhos Tutelares	UN	5.0	R\$ 3.200,00	R\$ 16.000,00
19	33903905	Serviços técnicos especializados para Construção do Manual de Orientações para Conselheiros Tutelares	UN	5.0	R\$ 3.200,00	R\$ 16.000,00
20	33903905	Serviços técnicos especializados para Sistematização, transcrição dos áudios para construção dos anais, incluindo projeto gráfico, diagramação e revisão textual.	UN	2.0	R\$ 12.500,00	R\$ 25.000,00



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	TOTAL		R\$ 710.957,40
--	--------------	--	-----------------------

c.4 PASSAGENS - 339033

Nº	Unidade	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	un	Passagem aérea trecho: BSB-POA-BSB	2	616,39	1.232,78
2	un	Passagem aérea trecho: FLN-POA-FLN	1	382,78	382,78
3	un	Passagem aérea trecho: FLN-BSB-FLN	1	922,41	922,41
4	un	Passagem aérea trecho: BSB-CGH-BSB	2	466,08	932,16
5	un	Passagem aérea trecho: FLN-CGH-FLN	1	516,23	516,23
6	un	Passagem aérea trecho: CHG-BSB-CGH	1	514,48	514,48
7	un	Passagem aérea trecho: CGH-POA-CGH	1	605,99	605,99
8	un	Passagem aérea trecho: REC-CGH-REC	1	744,32	744,32
9	un	Passagem aérea trecho: REC-BSB-REC	1	838,89	838,89
10	un	Passagem aérea trecho: REC-POA-REC	1	1.628,33	1.628,33
	TOTAL				8.318,37

c.5 DIÁRIAS - 339014

Nº	Unidade	Descrição	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	un	Diárias nacionais - Sipiá	4.0	R\$ 250,00	R\$ 1.000,00
2	un	Diárias nacionais gestores	14.0	R\$ 250,00	R\$ 3.500,00
3	un	Diárias nacionais - Manual de instruções	6.0	R\$ 250,00	R\$ 1.500,00
	TOTAL				R\$ 6.000,00

c.6 OBRIGAÇÕES PATRONAIS - 339004

Nº	Elemento de Despesa	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	33900415	Assessor executivo - FGTS salário	un	18.0	R\$ 105,78	R\$ 1.904,00
2	33900415	Articulador Social - FGTS salário	un	18.0	R\$ 88,15	R\$ 1.586,67
3	33900415	Assessor executivo - Multa Rescisória FGTS	un	1.0	R\$ 952,00	R\$ 952,00
4	33900415	Articulador social - Multa Rescisória FGTS	un	1.0	R\$ 793,33	R\$ 793,33
		TOTAL				R\$ 5.236,00

c.7 13º SALÁRIO – 339003

Nº	Elemento de Despesa	Descrição	Unidade	Quantidade	Valor Unitário	Valor Total
1	33900361	Articulador Social - 13º Salário	un	1.5	R\$ 1.000,00	R\$ 1.500,00
2	33900361	Assessor executivo - 13º Salário	un	1.5	R\$ 1.200,00	R\$ 1.800,00
		TOTAL				R\$ 3.300,00

C7. Cronograma físico de despesa

Número da Meta	Especificação	Valor (R\$)	Data de Início	Data de Término
----------------	---------------	-------------	----------------	-----------------



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

1	Elaboração da metodologia para a execução do Projeto com vistas à construção dos 03 produtos pactuados.	R\$ 115.746,52	03/10/2018	20/03/2020
2	Formação dos 1000 conselheiros tutelares das 27 delegações representantes das unidades federativas sobre o SIPIA Conselho Tutelar e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta no congresso nacional de conselheiros tutelares.	R\$ 18.120,47	03/10/2018	20/06/2019
3	Construção do Plano de ação de fortalecimento de redes de conselhos tutelares.	R\$ 16.000,00	03/10/2018	20/03/2020
4	Construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos conselhos tutelares	R\$ 20.711,54	03/10/2018	20/03/2020
5	Realização do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no projeto.	R\$ 629.407,40	03/10/2018	20/03/2020
TOTAL		R\$ 799.985,93	03/10/2018	20/03/2020

d) Plano de aplicação consolidado

Classificação de Despesas	Recursos Convênio	Contrapartida Bens e Serviços	Rend. Aplicação	Total
339014	R\$ 6.000,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 6.000,00
339003	R\$ 3.300,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 3.300,00
339033	R\$ 8.318,37	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 8.318,37
339004	R\$ 5.236,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 5.236,00
339047	R\$ 14.474,16	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 14.474,16
339036	R\$ 51.700,00	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 51.700,00
339039	R\$ 710.957,40	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 710.957,40
Total	R\$ 799.985,93	R\$ 0,00	R\$ 0,00	R\$ 799.985,93

e) Memória de cálculo trabalhista

ASSISTENTE EXECUTIVO				ARTICULADOR SOCIAL			
Salário	Alíquota	Mensal	Total	Salário	Alíquota	Mensal	Total
Encargos	%	R\$ 1.200,00	R\$ 21.600,00	Encargos	%	R\$ 1.000,00	R\$ 18.000,00

ACCT - ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS TUTELARES

Rua Marcos Gonçalves de Farias, 427 - Curitibaanos - SC CEP 89520-000 - Fone: (48) 9.9664-2016e-mail: presidência.acct@yahoo.com

CNPJ:01.884.418/0001-71 Fundada em 27 de outubro de 1995

Utilidade Pública Municipal Lei nº 3.334/99 Utilidade Pública Estadual Lei nº 12.326/02



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

INSS Descontado	8%	96,00	1.728,00	INSS Descontado	8%	80,00	1.440,00
Salário Líquido		R\$ 1.104,00	R\$ 19.872,00	Salário Líquido		R\$ 920,00	R\$ 16.560,00
Férias na rescisão 6/12 avos		33,33	600,00	Férias na rescisão 6/12 avos		27,78	500,00
1/3 s/férias na rescisão		11,11	200,00	1/3 s/férias na rescisão		9,26	166,67
1/3 Férias Gozadas		22,22	400,00	1/3 Férias Gozadas		18,52	333,33
13º Salário		100,00	1.800,00	13º Salário		83,33	1.500,00
Base INSS/FGTS/PIS		R\$ 1.322,22	R\$ 23.800,00	Base INSS/FGTS/PIS		R\$ 1.101,85	R\$ 19.833,33
INSS Patronal	26,50%	350,39	6.307,00	INSS Patronal	26,50%	291,99	5.255,83
FGTS Salário	8%	105,78	1.904,00	FGTS Salário	8%	88,15	1.586,67
PIS Salário[1]	1%	13,22	238,00	PIS Salário	1%	11,02	198,33
Multa Contratual[2]		52,89	952,00	Multa Contratual		44,07	793,33
CUSTO Mensal p/ Projeto		R\$ 1.844,50	R\$ 33.201,00	CUSTO Mensal p/ Projeto		R\$ 1.537,08	R\$ 27.667,50

[1] A Contribuição para o PIS/PASEP incidente sobre a folha de salários será calculada sobre a base de cálculo, mediante aplicação da alíquota de 1% (um por cento). (<http://idg.receita.fazenda.gov.br/orientacao/tributaria/declaracoes-e-demonstrativos/ecf-escrituracao-contabil-fiscal/perguntas-e-respostas-pessoa-juridica-2018-arquivos/capitulo-xxiv-contribuicao-para-o-pis-pasep-incidente-sobre-a-folha-de-salarios-2018.pdf>).

[2] A multa contratual incide sobre o saldo do FGTS, ou seja, é aplicada a multa de 50% sobre o saldo do FGTS.

7. CRONOGRAMA DE DESEMBOLSO

Número da Parcela	Tipo I	Mês	Ano	Valor (R\$)
1	CONCEDENTE	setembr o	201 8	R\$ 799.985,93



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA
CRIANÇA E ADOLESCENTE

8. PRAZO DE EXECUÇÃO

METAS	AÇÕES	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	11	12	13	14	15	16	17	18	
META 1 -Elaboração da metodologia para a execução do Projeto com vistas à construção dos produtos pactuados.	Etapa 1.1 Alinhar as ações metodológicas para a coleta de dados e informações com os especialistas responsáveis pela elaboração dos produtos pactuados.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	ETAPA 1.2 Coordenar e supervisionar a coleta de dados pelos especialistas para construção dos produtos Junto ao FCNCT nos estados.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
META 2 - Formação dos 1000 conselheiros tutelares das 27 delegações representantes das unidades federativas sobre o SIPIA Conselho Tutelar e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta no Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.	ETAPA 2.1. Levantar durante reuniões/ assembleias do FCNCT nos estados, dados e informações qualitativos para subsidiar a formação sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR durante o Congresso.	X	X	X	X	X	X	X	X											
	Etapa 2.2 - Realizar durante o Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares, a discussão em painel e formação em oficinas sobre o SIPIA CONSELHO TUTELAR e os obstáculos na sua implementação, incluindo o que está previsto na Resolução 178 do CONANDA quanto à gestão e controle da ferramenta.	X	X	X	X	X	X													
META 3 - Construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares.	Etapa 3.1 Levantar dados sobre o estado da arte de planos de ação já produzidos no país com o objetivo de fortalecer as relações institucionais entre os conselhos tutelares para dar subsídios à construção do Plano de Ação de fortalecimento de Redes de Conselhos Tutelares.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	
	ETAPA 3.2 Aplicar questionários online, junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações necessárias para o fortalecimento das redes de conselhos tutelares.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
	ETAPA 3.3 Realizar Painel sobre o Plano de Ação de Fortalecimento de redes dos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares. Ver valor.	X	X	X	X	X	X													



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

	ETAPA 3.4 Entregar versão final do Plano de Ação de fortalecimento de redes de conselhos tutelares aos gestores do Projeto ao final dos 18 meses.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
META 4 – Construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.	Etapa 4.1. Levantar o estado da arte de manuais já produzidos no país com o objetivo de dar instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
	Etapa 4.2. Levantar dados qualitativos para subsidiar a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares nas reuniões/assembleias do FCNCT.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
	ETAPA 4.3. Aplicar questionários online junto aos 1000 conselheiros integrantes das 27 delegações, sobre as ações para a construção do Manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X							
	ETAPA 4.4. Realizar Painel sobre o manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares durante o Congresso Nacional de Conselhos Tutelares.	X	X	X	X	X	X	X	X										
	ETAPA 4.5. Entregar versão final do manual de instruções e procedimentos para a prestação de serviços pelos Conselhos Tutelares aos gestores do Projeto ao final de 18 meses.	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X
META 5 - Realização do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares para 1000 participantes com o objetivo de criar um espaço de discussão apropriado à interlocução e/ou troca de experiências e articulações entre os conselhos e subsidiar a construção dos produtos pactuados no projeto	Etapa 5.1. Realizar Congresso Nacional de Conselhos Tutelares com participação de 1000 conselheiros tutelares.	X	X	X	X	X	X	X											
	Etapa 5.2. Produzir os Anais do Congresso Nacional de Conselheiros Tutelares	X	X	X	X	X	X	X											
	ETAPA 5.3. Organizar a finalização da construção dos produtos pactuados no projeto	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X	X



ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE
CONSELHEIROS TUTELARES

ASSOCIAÇÃO CATARINENSE DE CONSELHEIROS E EX CONSELHEIROS
TUTELARES DOS DIREITOS HUMANOS DA CRIANÇA E ADOLESCENTE

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ARANTES, Esther Maria de Magalhães. Pensando a Proteção Integral. Contribuições ao debate sobre as propostas de inquirição judicial de crianças e adolescentes como vítimas ou testemunhas de crimes. In: **Conselho Federal de Psicologia Falando sério sobre a escuta de crianças e adolescentes envolvidos em situação de violência e a rede de proteção – Propostas do Conselho Federal de Psicologia.** – Brasília: Conselho Federal de Psicologia, 2009. 165 p.

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil.** Brasília, 1988.

----- . **Lei n. 8069**, de 13 de julho de 1990. **Estatuto da criança e do adolescente.** Brasília, jul. 1990.

BRASIL. **Programa Nacional de Direitos Humanos (PNDH3) da Presidência da República.** Brasília: SEDH, 2010.

CONANDA. **Resolução Nº 113/2006.** Parâmetros para a Institucionalização e o Fortalecimento do Sistema de Garantia dos Direitos da Criança e do Adolescente. Brasília: CONANDA, 2006.

CONANDA. **Resolução Nº 139/2010.** Parâmetros para Criação e Funcionamento dos Conselhos Tutelares. Brasília: CONANDA, 2010.

DISTRITO FEDERAL. **Plano Decenal de Direitos das Crianças e adolescentes (2018-2028).** Brasília, 2018.

FALEIROS, Vicente de Paula; MORAES Patrícia Jakeliny F. S. Paradoxos da resolubilidade das denúncias de violência sexual na perspectiva dos conselheiros tutelares. **Revista O Social em Questão** - Ano XIX - nº 35 - 2016.

MIRANDA, Humberto. Conselho Tutelar e Escola: (re) pensando os sentidos da proteção In: **Escola que Protege: enfrentando a violência contra as crianças e adolescentes.** Recife: Editora da UFRPE, 2016.p. 37-60.

RIZZINI, Irene e BUTLER, U. M. Crianças e adolescentes que vivem e trabalham nas ruas revisitando a literatura IN RIZZINI, Irene (Coord.) **Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 2003.

RIZZINI, Irene (Coord.) **Vida nas Ruas, Crianças e Adolescentes nas Ruas: trajetórias inevitáveis?** Rio de Janeiro, Editora PUC Rio, 2003.

SDH/PR. **Equipagem de Conselhos Tutelares, orientações aos gestores locais.** Brasília. Disponível em <http://www.sociedadesemear.org.br/arquivos/20160127114530_informativo-equipagem_digital.pdf>. Acessado em 16 abril de 2018.